@onecursos_oficial
www.onecursos.com.br
contato@onecursos.com.br
(61) 3224-0785 | 3223-8360 | 3032-9001

# CURSO ONLINE: COMPLETO E PRÁTICO DE RETENÇÃO NA FONTE DE TRIBUTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL E DO DISTRITO FEDERAL. E-SOCIAL, EFD-REINF E DCTFWEB COM A REFORMA TRIBUTÁRIA (IRRF/PIS/COFINS/CSLL/INSS/ISS/ICMS) EM 2026 E A PARTIR DE 2027, IVA-

Os Impactos da Reforma Tributária nos pagamentos a partir de 2027. Atualizado com a Nova Reforma Tributária criada pela EC 132/23, LC 214/25 e LC nº 227/26 já Regulamentada pelo Decreto nº 12.955/26 e Resolução do CGIBS nº 06/26.

## OBJETIVOS:

- Qualificar o profissional para a correta análise da legislação pertinente ao assunto de retenções tributárias e a consequente retenção e recolhimento dos tributos.
- Atualizar, aperfeiçoar, capacitar e gerar conhecimentos relativos à retenção de tributos na administração pública e em relação às novas declarações obrigatórias (SPED; E-Social; EFD-Reinf e DCTF/Web).
- Habilitar o aluno para identificar, de forma clara e objetiva, a legislação que trata das retenções de tributos e assegurá-lo para registrar as devidas retenções, bem como efetuar o recolhimento dos tributos retidos de maneira correta.

## APRESENTAÇÃO:

As obrigações acessórias: E-Social, EFD-Reinf e DCTFWeb com a Reforma Tributária.
Curso totalmente atualizado e reformulado com a Nova Reforma Tributária criada pela EC nº 132/23, LC nº 214/25 e LC nº 227/26 já regulamentada pelo Decreto nº 12.955/26 e Resolução do CGIBS nº 06/26. Aplicação Prática da nova Nota Fiscal de Serviços e layout com os novos tributos CBS e IBS após a retenção detalhada dos tributos IRRF, PIS, COFINS, CSLL, INSS, ISS e ICMS com a demonstração de como será a partir de 2027 com a extinção do PIS e da COFINS.

**Retenção de Impostos e Contribuições Sociais com exemplos práticos de maneira detalhada por tipo de serviço e operação (IRRF/PIS/COFINS/CSLL/INSS/ISS/ICMS) (IVA-DUAL) IBS/CBS.Nova Nota Fiscal de Serviços Nacional - Retenção Detalhada dos Tributos IRRF, PIS, COFINS, CSLL, INSS, ISS e ICMS e informação do IBS e da CBS no Documento Fiscal.**
**Aprenda como Gerenciar, Calcular e Evitar Erros nas Retenções Tributárias em todos os níveis de Governo! Novas Declarações Obrigatórias a partir de 2026: SPED, E-Social, EFD-Reinf e a nova DCTF-Web com módulo MIT: Módulo de Inclusão de Tributos.**
Para que a Administração Pública obtenha o dinamismo necessário e o perfeito desempenho de suas atividades nas áreas de Execução Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Contábil e por se tratarem de áreas de grande relevância para a gestão de recursos públicos e a tomada de decisões, torna-se necessária a busca permanente de capacitação e aprimoramento dos servidores públicos.
Sendo o uso incorreto das regras de retenção um gerador de risco e ineficiência, este curso apresenta-se consolidado nos principais instrumentos da legislação que trata de retenções de tributos, tais como:

- Decreto Federal nº 9.580/2018, que trata da retenção do Imposto de Renda, por parte das entidades dos governos estaduais e municipais e instituições privadas, sobre pagamentos a Pessoas Físicas e Jurídicas;
- IN RFB nº 1.500/2014, que trata da retenção do Imposto de Renda sobre pagamentos a Pessoas Físicas;
- Nova IN que altera a IN RFB nº 1.234/2012, que trata da retenção, pelos órgãos e entidades do Governo Federal, Estadual, Municipal e do DF do IRPJ/CSLL/PIS/PASEP/COFINS sobre pagamentos a Pessoas Jurídicas (Visão Geral);
- IN SRF nº 459/2004, que trata da retenção das contribuições sociais PIS-PASEP/COFINS/CSLL, por parte das entidades da administração pública estadual e municipal, bem como das instituições privadas (Visão Geral);

. IN SRF nº 765/07 que trata da dispensa de retenção do IRRF para empresas do Simples Nacional (Visão Geral);

- IN RFB no 2.110/2022 atualizada, que trata da retenção da Contribuição Previdenciária sobre pagamentos a Pessoas Jurídicas e a Pessoas Físicas;
- Lei Complementar no 116/2003, que trata da retenção do ISS sobre pagamentos a Pessoas Jurídicas e a Pessoas Físicas e os Códigos Tributários Municipais;
- Lei Complementar nº 123/2006, que trata do Simples Nacional;
- Lei nº 12.546/2011, que trata da desoneração da folha de pagamento das Pessoas Jurídicas e a reoneração da folha de pagamento para 2028;
- Decreto Federal no 8.373/2014, que Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social);
- IN RFB nº 2.043/2021, que Institui a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf);
- IN RFB nº 2.237/2024, que Dispõe sobre a nova Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb);
- A Nova Retenção de IRRF pelos Estados e Municípios pela IN RFB 2.145/23 que altera a IN RFB 1.234/12, fruto da recente Decisão do STF; e

. Nova Reforma Tributária com a EC nº 132/23, LC nº 214/2025, LC nº 227/26, Decreto nº 12.955/26 e Resolução CGIBS nº 06/26 e Notas Técnicas com Layouts dos Documentos Fiscais.

## QUEM DEVE PARTICIPAR DO CURSO?

- Servidores públicos que atuam com a liquidação e pagamento de despesas;
- Gestores e fiscais de contrato que precisam interpretar corretamente a legislação que trata de retenções de tributos e respectivo ateste na nota fiscal ou fatura;
- Gestores Financeiros e Ordenadores de Despesas que buscam segurança no momento de autorizar os pagamentos de despesas;
- Servidores que atuam na auditoria ou na conformidade de atos e fatos praticados pelo setor de liquidação e pagamento de despesas; e
- Demais profissionais que atuam na área de retenção na fonte de tributos e contribuições sociais nas instituições públicas e privadas como contratantes e contratados.

## QUAL O CONTEÚDO COMPLETO DO CURSO?

### I – 1 - INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1.1 Tributos Federais, Estaduais, Municipais e do DF 1.2 Tipos de Pessoas Jurídicas 1.3 Regimes de Tributação 1.4 Casos Práticos das Empresas do Simples Nacional 1.5 Casos Práticos de Instituições Imunes e Isentas 1.6 Demais Pessoas Jurídicas 1.7 Tipos e Preenchimento de Documentos Fiscais

### II – 2 - ÓRGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DO DF (RETENÇÃO DO IRRF)

2.1 Artigos 157 e 158 da Constituição Federal 2.2 Fato Gerador 2.3 Base de Cálculo 2.4 Hipóteses de Incidência do IRPJ 2.5 Alíquotas 2.6 Casos de Dispensa de Retenção do IRPJ 2.7 Destaque do IRPJ no Documento Fiscal 2.8 Exceções à Regra de Retenção do IRPJ 2.9 Prazo para o Recolhimento do IRPJ 2.10 Comprovante de Retenção 2.11 Informações na EFD/Reinf e DCTF

### III – 3 - RETENÇÃO DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS (IRRF E PCC)

3.1 Retenção do IRRF à alíquota de 1,0% 3.2 Retenção do IRRF à alíquota de 1,5% 3.3 Retenção do PCC à alíquota de 4,65%

### IV – 4 - ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GOVERNO FEDERAL (RETENÇÃO DO IRPJ/CSLL/PIS-PASEP/COFINS)

4.1 Obrigatoriedade da Retenção 4.2 Base de Cálculo e Alíquotas 4.3 Hipóteses em que Não Haverá Retenção 4.4 Declarações que devem ser Apresentadas para o Pagamento da Nota Fiscal ou Fatura 4.5 Prazo para o Recolhimento dos Tributos 4.6 Destaque dos Tributos no Documento Fiscal 4.7 Documentos de Cobrança que Contenham Código de Barras 4.8 Comprovante Anual de Retenção 4.9 Retenções em Situações Específicas Relacionadas na IN RFB1.234/2012 4.9.1 Agências de Viagens, Turismo e Seguro 4.9.2 Seguros e Telefone 4.9.3 Agências de Propaganda e Publicidade 4.9.4 Consórcios 4.9.5 Empresas que Fornecem Vale-Refeição, Vale Transporte e Vale Combustível 4.9.6 Combustíveis, Demais Derivados do Petróleo, Álcool Hidratado e Biodiesel 4.9.7 Produtos Farmacêuticos 4.9.8 Cooperativas de Trabalho e Associações Profissionais 4.9.9 Aluguel de Imóveis 4.9.10 Pessoa Jurídica Sediada ou Domiciliada no Exterior 4.9.11 Pessoa Jurídica Amparada por Decisão Judicial

### V – 5 - RETENÇÃO DO INSS DAS PESSOAS JURÍDICAS (RETENÇÃO PREVIDENCIÁRIA)

5.1 Cessão de mão-de-obra e Empreitada 5.2 Obrigatoriedade de Retenção 5.3 Casos de Não Retenção 5.4 Retenção da Contribuição Previdenciária de Empresas do Simples Nacional 5.5 Deduções da Base Cálculo (matérias, equipamentos, vt e vr) 5.6 Destaque da Retenção no Documento Fiscal 5.7 Retenção de Empresas Optantes pela Desoneração da Folha de Pagamento, conforme Lei 12.546/2011 5.8 Retenção na Prestação de Serviços em Situações Especiais (Obras e Serviços da Construção Civil) 5.9 Dados a Serem Informados no Documento Fiscal 5.10 Prazo para o Recolhimento da Contribuição Previdenciária

### VI – 6 - RETENÇÃO DO ISSQN DAS PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS

6.1 Artigo 156 da Constituição Federal 6.2 Lei Complementar Federal 116/2003 e o CTM 6.3 Lista completa de serviços sujeitos ao ISSQN 6.4 Domicílio Fiscal do ISSQN 6.5 Retenção do ISSQN de Empresas Optantes pelo Simples Nacional 6.6 A nova Nota Fiscal de Serviços no DF 6.7 Retenção por Responsabilidade 6.8 Substituição Tributária do ISSQN 6.9 Alíquotas do ISSQN 6.10 Caso Práticos de Retenção do ISSQN dentro e fora do Município

### VII – 7 - RETENÇÃO DO IRRF DAS PESSOAS FÍSICAS

7.1 Definição de Contribuintes e de Rendimentos Tributáveis 7.2 Obrigatoriedade da Retenção 7.3 Tabela Progressiva do Imposto de Renda 7.4 Base de Cálculo 7.5 Código do Darf Numerado 7.6 Prazo para o Recolhimento 7.7 Retenção de Imposto de Renda sobre Pagamento de Aluguel a Pessoas Físicas 7.8 Comprovante de Rendimentos

### VIII – 8 - RETENÇÃO DO INSS DAS PESSOAS FÍSICAS

8.1 Contribuição por Parte do Contribuinte Individual 8.2 Obrigatoriedade da Retenção 8.3 Fato Gerador da Obrigação Previdenciária 8.4 Base de Cálculo e Alíquota 8.5 Obrigações do Contribuinte Individual 8.6 Recolhimento da Contribuição Patronal 8.7 Prazo para o Recolhimento 8.8

Obrigações da Unidade Pagadora

### IX – 9 - SPED – SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL

9.1 Legislação 9.2 Apresentação do SPED 9.3 Definição 9.4 Benefícios com a Implantação do SPED 9.5 Objetivos do SPED 9.6 Acesso ao SPED

### X – 10 - E-SOCIAL

10.1 Legislação Relacionada ao e-Social 10.2 Definição 10.3 Princípios 10.4 Acesso ao e-Social

### XI – 11 - EFD/REINF

11.1 Legislação Aplicada 11.2 Contribuintes Obrigados a Apresentar a EFD-Reinf 11.3 Informações que Devem ser Prestadas na EDF-Reinf 11.4 Como as Informações Devem ser Prestadas na EFD-Reinf 11.5 Grupos de Eventos 11.6 Prazo para Envio 11.7 Acesso ao Sistema EFD-Reinf

### XII – 12 - DCTF/WEB

12.1. Legislação Aplicada à DCTFWeb 12.2. Definição 12.3. Obrigatoriedade de Apresentação 12.4. Dispensa de Apresentação 12.5. Elaboração e Envio 12.6. Tributos que Devem ser Declaradas na DCTFWeb 12.7. Penalidades pelo não Envio da DCTFWeb 12.8. Retificação 12.9. Mit – Módulo de Inclusão de Tributos

### XIII – 13. BLOCO ESPECIAL DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Os novos tributos IBS e CBS: Modelo IVA-Dual Novo Imposto Seletivo Impacto na Retenção na Fonte de Tributos

### XIV – 14. IVA-DUAL (IBS E CBS) – NOVOS PREÇOS E FORMAS DE PAGAMENTO

14.1 A Criação do IVA-Dual (IBS e CBS) 14.2 Extinção do PIS/PASEP e da COFINS 14.3 Não-cumulatividade do IBS e CBS 14.4 Cálculo do IBS e da CBS 14.5 Regras para emissão de Documentos Fiscais 14.6 Split Payment 14.7 Calendário de Implantação 14.8 Reequilíbrio Econômico Financeiro dos Contratos 14.9 Cuidados com as Obrigações Acessórias 14.10 Como se preparar para colocar em prática a Reforma Tributária

### XV – METODOLOGIA

• Aulas expositivas com Apostila e Slides abrangendo toda a legislação essencial sobre retenções de tributos; • Exemplos práticos, incluindo cálculos e exercícios para fixação da teoria e da prática; • Espaço para debate com os alunos sobre dúvidas levantadas, bem como exposição e discussão de casos práticos cotidiano dos alunos.

## QUEM VAI MINISTRAR O CURSO?



**Marcos César Carneiro da Mota** Contador, Advogado e Teólogo, Pós-graduado em Didática do Ensino Superior, Auditoria, Perícia, Direito Tributário e Finanças Públicas, Especialista em Legislação Tributária, Consultor Empresarial, Coach pela Flórida Christian University, autor dos livros Retenção na Fonte de Tributos e Contribuições Sociais, Seja Feliz Financeiramente e Comprados pelo Sangue, Diretor Presidente da APTC - Auditoria Planejamento Tributário e Consultoria Ltda e CEO do Grupo Inteligência. Instrutor de vários temas na área contábil e tributária com atuação nacional nos mais diversos órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal e instituições privadas nas mais diversas áreas de atuação.

## MODALIDADE ONLINE E AO VIVO:

Online - 21 horas - Horário: 1º e 2º dia: 8h30 às 12h30 e 13h30 às 18h e 3º dia: 8h30 às 12h30 - 09/12/2026 a 11/12/2026

## ESTE CURSO INCLUI:

- Aulas em Ambiente Virtual - 100% Ao Vivo
- 2 dias de Replay após a sua Realização
- 10 dias de Fórum - Dúvidas com o Instrutor
- Certificado de Conclusão
- Apostila Digital

## VALOR DO INVESTIMENTO:

- Preço Individual: R$ 2.790,00
- Três participantes do mesmo órgão (cada): R$ 2.740,00
- Quatro ou mais participantes do mesmo órgão (cada): R$ 2.700,00

## FORMAS DE PAGAMENTO:

O pagamento poderá ser realizado das seguintes formas:

- Empenho
- Ordem de Serviço/Autorização
- Deposito em Conta

## INFORMAÇÕES PARA PAGAMENTO

ONE CURSOS - Treinamento, Desenvolvimento e Capacitação LTDA

- CNPJ: 06.012.731/0001-33
- Inscrição Estadual: 07.450.679/001-48
- Banco: Bradesco
- Agência: 0606
- Conta: 561939-4

## MAIS INFORMAÇÕES:

**Telefone 1:** (61) 3224-0785 **Telefone 2:** (61) 3223-8360 **Telefone 3:** (61) 3032-9030
**E-mail 1:** inscricao@onecursos.com.br
**E-mail 2:** ionecursos@gmail.com
**E-mail 3:** inscricao@onecursos.com.br